

Número de famílias com contas atrasadas é o maior em 12 anos

Com orçamentos pressionados pelas dívidas e inflação persistentemente alta, proporção de famílias com dívidas e/ou contas atrasadas alcançou 27% do total de lares no País, em fevereiro. Escalada dos juros encarece o crédito e dificulta a renegociação das dívidas.

Síntese dos resultados (% em relação ao total de famílias)			
	Total de endividados	Dívidas ou contas em atraso	Não terão condições de pagar
Fevereiro de 2021	66,7%	24,5%	10,5%
Janeiro de 2022	76,1%	26,4%	10,1%
Fevereiro de 2022	76,6%	27,0%	10,5%

O percentual de famílias que relataram ter dívidas a vencer (cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, prestação de carro e de casa) alcançou 76,6% em fevereiro, retomando o nível apurado em dezembro de 2021. Há um ano, a proporção de endividados era 66,7%, 9,9 pontos abaixo do percentual atual.

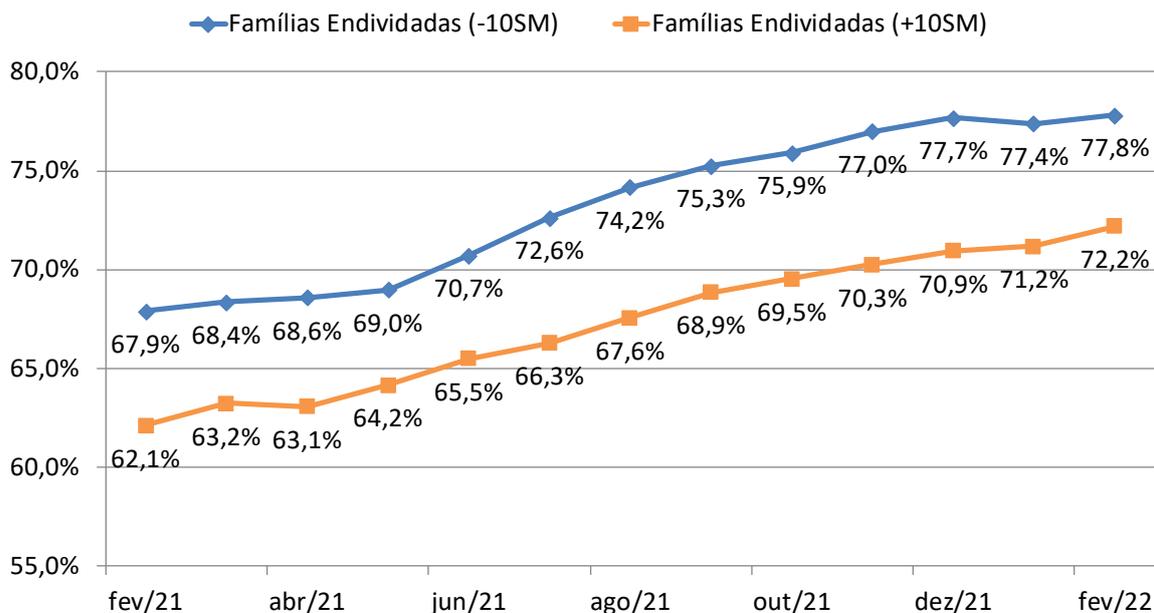
As taxas de juros médias nas linhas de crédito com recursos livres às pessoas físicas aumentaram de 39,4% em janeiro de 2021 para 46,3% em janeiro de 2022, segundo dados recentes disponibilizados pelo Banco Central (Bacen). As concessões de crédito com recursos livres para pessoas físicas aumentaram 13,1% em termos reais na comparação interanual, mas caíram 2,7% em janeiro ante dezembro, na média diária.

Tal fato mostra que, na margem, o custo do crédito mais elevado e o próprio endividamento alto entre as pessoas que vivem no mesmo domicílio dificultam a contratação de novas dívidas, como também o pagamento dos compromissos na data de seus vencimentos.

O percentual de famílias com dívidas ou contas em atraso alcançou o maior patamar desde março de 2010, atingindo 27% do total de famílias, 0,6 ponto maior do que o percentual de janeiro e 2,5 pontos acima do apurado em fevereiro de 2021. O indicador de inadimplência está ainda 3 pontos acima do apurado antes da pandemia, em fevereiro de 2020.

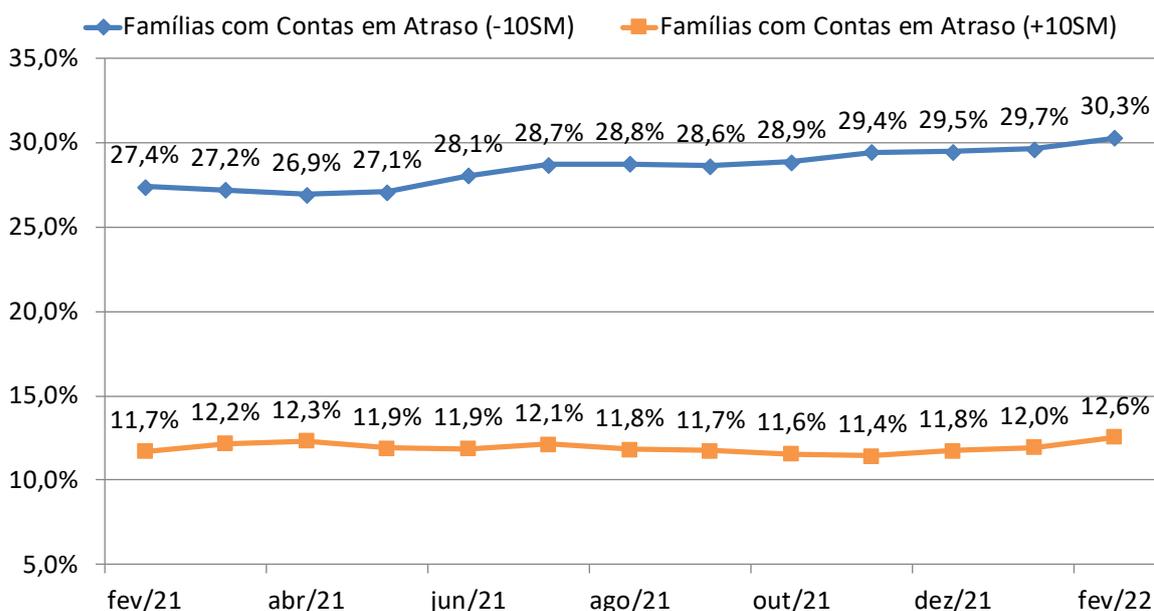
A parcela das famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso e que permanecerão inadimplentes também acirrou na passagem mensal, com aumento de 0,4 ponto percentual (de 10,1% para 10,5% do total de famílias). O percentual é o mesmo apontado em fevereiro de 2021.

O endividamento segue elevado nos dois grupos de renda pesquisados, ambos com incrementos nas proporções de famílias que contraíram dívidas no mês de fevereiro.



Entre as famílias com renda até 10 salários mínimos, o percentual das endividadadas chegou a 77,8% do total de famílias nesta faixa, aumentando na passagem de janeiro para fevereiro, após queda na primeira leitura do ano. Para as famílias com renda acima de 10 salários mínimos, a proporção de endividadados renovou-se no maior patamar histórico, 72,2%, com incremento anual de 10,1 pontos.

Dentre os indicadores de inadimplência, a proporção de famílias com contas ou dívidas em atraso na faixa de até 10 salários mínimos segue acirrando e alcançou o maior nível da série histórica em fevereiro, 30,3%. Em fevereiro de 2021, a proporção havia sido 27,4% do total de famílias nessa faixa. No grupo com renda superior a 10 salários mínimos, o percentual também aumentou e alcançou 12,6% de famílias, o maior percentual desde abril de 2018.



A percepção individual quanto ao nível de endividamento também segue acirrando, em que a proporção das famílias que se declararam “muito endividadas” chegou a 17,4% do total de endividados. É o segundo maior percentual da série, atrás apenas do apurado em julho de 2011.

Nível de endividamento (% em relação ao total de famílias)			
Categoria	Fevereiro de 2021	Janeiro de 2022	Fevereiro de 2022
Muito endividado	13,9%	16,6%	17,4%
Mais ou menos endividado	24,4%	26,0%	26,7%
Pouco endividado	28,4%	33,5%	32,6%
Não tem dívidas desse tipo	33,2%	23,9%	23,4%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%

Mesmo com a pior percepção em relação ao nível de endividamento, os consumidores chegaram em fevereiro com 30,1% da renda comprometida com o pagamento de dívidas, 0,1 ponto abaixo da proporção de janeiro, também dos 30,2% relatados em fevereiro do ano passado. O indicador é maior, entretanto, do que antes da pandemia, quando em fevereiro de 2020 29,7% da renda média do brasileiro estava comprometida com o pagamento de dívidas.

A proporção do total de famílias endividadas no cartão de crédito cedeu 0,6 ponto percentual, a primeira queda desde fevereiro de 2021. Do total de famílias endividadas, 86,5% possuem dívidas no cartão. Em relação a fevereiro de 2021, a modalidade avançou 6,5 pontos no endividamento, e comparativamente a fevereiro de 2020, antes da pandemia, o incremento é de 7,9 pontos.

Tipo de dívida (% de famílias)			
Fevereiro de 2022			
Tipo	Total	Renda familiar mensal	
		Até 10 SM	+ de 10 SM
Cartão de Crédito	86,5%	86,5%	87,0%
Cheque Especial	5,7%	5,9%	4,5%
Cheque Pré-Datado	0,6%	0,6%	0,5%
Crédito Consignado	6,5%	6,5%	6,8%
Crédito Pessoal	9,2%	9,4%	8,0%
Carnês	19,9%	20,4%	16,9%
Financiamento de Carro	11,7%	9,9%	20,0%
Financiamento de Casa	9,1%	7,4%	17,2%
Outras dívidas	2,0%	2,1%	1,2%
Não sabe	0,1%	0,1%	0,1%
Não respondeu	0,1%	0,1%	0,1%

O tempo de comprometimento com dívidas caiu em fevereiro, com mais pessoas endividadas no período de até três meses (23,8% do total de endividados). A proporção de endividados por mais de um ano caiu pela segunda vez, representando 35% dos endividados.

Dentre os inadimplentes, o tempo médio de atraso na quitação das dívidas voltou a aumentar, chegando a 62,4 dias, o maior prazo desde janeiro de 2021. A proporção de atrasos acima de 90 dias também é a maior desde janeiro do ano passado, alcançando 43,2% das famílias inadimplentes.

A alta da inflação e dos juros tem deteriorado os orçamentos domésticos, culminando no acirramento dos indicadores de inadimplência, a qual vinha apontando tendência de alta desde o último trimestre do ano passado. O poder de compra das famílias também está afetado pelo nível de endividamento elevado, com as dívidas já contratadas.

O encarecimento do crédito no Brasil e a fragilidade apontada no mercado de trabalho, especialmente em ano eleitoral, devem seguir afetando a dinâmica do endividamento e da inadimplência dos consumidores. Assim, tornam-se necessárias e relevantes as alternativas que suportem o pagamento dos compromissos financeiros assumidos, bem como a renegociação das dívidas e contas não pagas.

Sobre a Peic

A Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic Nacional) é apurada mensalmente pela CNC desde janeiro de 2010. Os dados são coletados, em todas as capitais dos estados e no Distrito Federal, com aproximadamente 18 mil consumidores.

Das informações coletadas, são apurados importantes indicadores: percentual de consumidores endividados, percentual de consumidores com contas em atraso, percentual de consumidores que não terão condições de pagar suas dívidas, tempo de endividamento e nível de comprometimento da renda.

O aspecto mais importante da pesquisa é que, além de traçar um perfil do endividamento, ela permite o acompanhamento do nível de comprometimento do consumidor com dívidas e sua percepção em relação a sua capacidade de pagamento.

Com o aumento da importância do crédito na economia brasileira, sobretudo o crédito ao consumidor, o acompanhamento desses indicadores é fundamental para analisar a capacidade de endividamento e de consumo futuro deste, levando em conta o comprometimento de sua renda com dívidas e sua percepção em relação a sua capacidade de pagamento.

Os principais indicadores da Peic são:

- Percentual de famílias endividadas – percentual de consumidores que declaram ter dívidas na família nas modalidades: cheque pré-datado, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carro e seguros;
- Percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso – percentual de consumidores com contas ou dívidas em atraso na família;
- Percentual que não terá condições de pagar dívidas – percentual de famílias que não terão condições de pagar as contas ou dívidas em atraso no próximo mês e, portanto, permanecerão inadimplentes;
- Nível de endividamento – entre muito, mais ou menos ou pouco endividados;
- Principais tipos de dívida – entre cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnês, financiamento de carro, financiamento de casa e outras dívidas;
- Tempo de atraso no pagamento – entre até 30 dias, de 30 a 90 dias e mais que 90 dias;
- Tempo de comprometimento com dívidas – entre até três meses, de três a seis meses, de seis meses a um ano e maior que um ano.

Em outubro de 2017, houve uma mudança metodológica da pesquisa para refletir melhor as características da população das capitais brasileiras. Desse modo, houve revisão da série histórica a partir de abril de 2016.